



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ANTONIO DONATO

TIPO DA REUNIÃO: 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA TEMÁTICA – PL 643/2020
(ORÇAMENTO)

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 01-12-2020

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Bom dia a todos e todas. Só estou aguardando a chegada do Secretário da Habitação e o seu representante, agradecendo já a presença da nossa Secretária Berenice Giannella, da Assistência Social e, em seguida, daremos início à nossa audiência pública. Só mais alguns instantes.

- Apresentação de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Bom dia a todos mais uma vez. Na medida em que ainda não temos a presença do Secretário de Habitação, vou dar início à audiência, até para que a Secretária Berenice possa fazer a sua exposição e agilizarmos a audiência.

Então, vamos ao roteiro. Presentes os Vereadores Antonio Donato e Rodrigo Goulart. Presidindo a Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 21ª audiência pública virtual que a comissão realiza esse ano, sendo a 2ª audiência pública temática para debater as rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e da Secretaria Municipal de Habitação, constantes no PL 643/220, de autoria do Executivo, Prefeito Bruno Covas, “estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2021 (Lei Orçamentária de 2021).”

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no link *auditoriosonline/auditoriovirtual*. Esta audiência está sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 27/11/2020 até o dia de hoje. Foi publicada nos jornais *O Estado de S.Paulo*, nos dias 27 e 28/11/20 e *Folha de S.Paulo*, nos dias 28 e 30/11/20.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo no seguinte endereço eletrônico: www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes.

Informo também que as demandas referentes ao Orçamento 2021 podem ser apresentadas através do formulário disponível em www.saopaulo.sp.leg.br/ormento2021/participe, enviando e-mail para

financas@saopaulo.sp.leg.br ou entregando pessoalmente no protocolo legislativo desta Casa, que fica no 1º andar, sala 142 ou, ainda, na secretaria da comissão, 2º andar, salas 213-A ou 210, ambas no seguinte endereço: Viaduto Jacareí, 100, no bairro Bela Vista.

Foram convidados para esta audiência os Srs.: Sra. Berenice Maria Giannella, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Carlos Roberto Queiroz Tomé Junior, Secretário Municipal de Habitação; Philippe Vedolim Duchateau, Secretário Municipal da Fazenda, que será representado pelo Subsecretario do Orçamento, Vicente Affonso Oliveira Calvo; João Antonio da Silva Filho, Presidente do TCM; os Vereadores da Câmara Municipal e a sociedade em geral.

Informo também que as inscrições ainda estão abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo. Quem estiver presente na sala virtual, pelo aplicativo Teams, mas não se inscreveu pelo *site* e quiser fazer uso da palavra, poderá se manifestar ou levantar a mão que acrescentaremos na lista de inscritos, na ordem cronológica.

Eu havia imaginado a dinâmica da audiência com a Secretaria fazendo a sua apresentação, depois o Secretário da Habitação e abrindo a palavra para os Vereadores e para a sociedade em geral, inscrita para esta audiência.

Na medida em que ainda não temos o Secretário da Habitação, queria perguntar se existe algum representante dele nessa sala que pudesse nos informar se ele virá.

O SR. LUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO – Presidente Donato, é o Ricardo Viegas, estamos ainda ajustando o *login* porque não está aparecendo o nome do Secretário ou o meu. Mas, estou presente com toda a equipe. Vou fazer o *login*, mas estamos presentes na reunião, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Ah, que bom. Então, vamos fazer da seguinte forma: a Secretária Berenice faz a apresentação do orçamento da Pasta por 10, 15 minutos, quanto tempo ela achar conveniente. Em seguida, a Secretaria de Habitação faz a sua apresentação e abrimos para os inscritos. Havia previamente inscritas cerca de 20 pessoas, não sei se todas compareceram, estão aqui ou comparecerão.

Mas, enfim, é uma audiência dentro das condições que pudemos fazer, pois diante do adiamento das eleições municipais comprimiu muito o nosso calendário. Isso nos levou a que fizéssemos audiências, primeiro, não presenciais, e segundo, comprimidas no tempo. Prosseguirei dessa forma, então.

Secretária Berenice, muito obrigado pela presença. A senhora tem a palavra para a apresentação do orçamento da Pasta.

O SR. MÁRIO SÉRGIO HORTA – Donato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Pois não.

O SR. MÁRIO SÉRGIO HORTA – É o Mário que está falando.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Oi, Mário, fale.

O SR. MÁRIO SÉRGIO HORTA – Inscrevi mais alguns, estamos com 33 inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Trinta e três inscritos, está ótimo. Então, ao fim da fala dos Secretários, encerraremos as inscrições.

Secretária Berenice, com a palavra.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Bom dia a todos. Bom dia, Vereador Donato. Bom dia, meu colega Viegas. Bom dia, Vereador Rodrigo Goulart. Tudo bem? É um prazer estar aqui. Eu vou tentar compartilhar a minha apresentação aqui, só um instantinho. (Pausa) Entrou?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sim, estamos vendo.

- Oradora passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Esse primeiro *slide* fala um pouco do histórico do orçamento da SMADS, desde 2017. A gente vê que o orçamento foi mais ou menos igual em 2018 e 2019, sendo que em 2019 nós liquidamos mais do que em 2018. Então, em 2019, tivemos o orçamento de 1 bi e 298; liquidamos 1 bi e 214. Em 2020, o orçamento era de 1 bi e 458.

Nessa apresentação já acrescentamos os 417 milhões, que são referentes ao auxílio emergencial, aprovado pela Câmara dos Vereadores e sancionado pelo Prefeito semana

retrasada. Então, há o orçamento inicial da SMADS de 1 bi e 458 e se somam os 417 milhões para o Renda Básica Emergencial, chegando num total de 1 bi e 875, dos quais já empenhamos 1 bi e 770. O orçamento para 2021 previsto é de 1 bi e 353.

Considerando as fontes, nos temos da fonte municipal uma parte para execução de parcerias feitas com base no marco regulatório das organizações da sociedade civil. E o que é diretamente orçamento para SMADS inclui despesas administrativas e a parte do pessoal. Colocamos também recursos das fontes federal e estadual. Nota-se que, em relação aos anos anteriores, em 2020 tivemos acréscimo da fonte federal: em 2019, 96 milhões; em 2020, 125 milhões. E da fonte estadual também tivemos acréscimo: de 70 milhões, em 2019; para 80 milhões, em 2020. Esses dois acréscimos foram muito mais em decorrência da pandemia. Nós tivemos acréscimo de recursos dos dois fundos - federal e estadual - para fazer frente ao aumento das despesas durante a pandemia.

Em relação ao fundo municipal, o nosso orçamento em 2020 foi maior do que em 2019, 1,127 bilhão; e aí na fonte SMADS, fonte direta, incluímos 242 milhões, como eu disse, já incluído nesse valor a renda básica emergencial.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Secretária, a senhora pode aumentar a tela, por favor. Ela está pequena. Eu acho que é apertando F5. (Pausa) Não?

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Deixe-me ver se altero o modo de apresentação. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – É que a gente não consegue enxergar mesmo no computador.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Foi?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Ainda não.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Na minha já está parecendo. (Pausa)
Na de vocês não está aparecendo?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Ainda não.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – No meu já está a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Está aparecendo a tela inicial da senhora. Agora, sumiu a sua apresentação daqui. (Pausa)

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Eu vou tentar abrir pelo pdf. Só um instantinho. (Pausa) Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Não, não está aparecendo. Está aparecendo a sua tela do computador, com as imagens da audiência. (Pausa)

Secretaria, se alguém puder mandar para o *e-mail* Comissão de Finanças, tentamos colocar por aqui.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Só um instantinho. (Pausa) Voltou?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Agora sim, agora sim.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Melhor assim? O número está maior agora. (Pausa)

Então, em relação a 2021 temos uma diminuição na fonte federal, para 69 milhões; uma diminuição na fonte estadual, 65 milhões; na fonte municipal 1,117 bilhão; e na fonte SMADS 100 milhões que, como eu disse, para receitas administrativas e com pessoal.

Bom, em relação ao Orçamento 2021, nós temos 977 milhões para a rede parceira, e nesse valor da rede parceira estamos incluindo o que nós fizemos este ano durante pandemia que foi a ampliação do RH dos serviços de acolhimento e a conversão das vagas de 16h para 24h. Vocês sabem que pela tipificação de SMADS prevista pelo Comas, nós temos algumas vagas que são de 16h, a pessoa só janta, dorme e sai de manhã; e outras vagas são 24h, a pessoa pode ficar o dia inteiro. Durante a pandemia, pela necessidade da quarentena, fizemos a conversão de mais de quatro mil vagas para 24h, a conversão dependia de o serviço querer fazer essa conversão, e nós estamos mantendo no Orçamento de 2021. Foi uma proposta, no nosso entendimento, muito valiosa. Foi muito bom para as pessoas em situação de rua porque elas conseguem ter a previsão de continuar no mesmo serviço com a sua vaga fixa. Então, nós incluímos no Orçamento de 2021 essa manutenção, tanto no acréscimo do RH, que cresce assistentes sociais e apoio operacional, quanto na manutenção das 24h.

Temos aí mais 168 milhões relativos aos contratos, ao IPTU, à locação e afins. E 82 milhões com pessoal. Estamos com uma previsão de 65 milhões para expansão da rede; 33 milhões para qualificação da rede, especialmente manutenção e adequação de imóveis. E no ano que vem, vamos ter três novos contratos administrativos. Um é referente à central de vagas, e essa licitação estamos concluindo este ano, já temos uma empresa vencedora.

A central de vagas vai possibilitar um sonho antigo da Secretaria que é ter um único local para concessão de vagas, o que vai agilizar a concessão de vagas em todos os serviços de acolhimento, seja SAICA, seja acolhimento de adulto, vagas em ILPI, enfim. E há mais duas licitações, que também estão em andamento. Uma é referente ao cartão alimentação. A nossa ideia é parar de distribuir cesta-básica e passar a distribuir em seu lugar o cartão-alimentação no valor equivalente à cesta-básica. Isso vai facilitar que as pessoas consigam fazer suas aquisições no território, e pensamos que é uma forma um pouco mais moderna e mais ágil de prover alimentação às famílias que mais precisam.

Também estamos licitando um cartão-emergência. Vocês sabem que toda vez que temos uma situação de emergência, seja por chuva, incêndio, enfim, temos em nosso almoxarifado um *kit* que consiste em um cobertor, colchões, cesta-básica e *kit* de higiene e limpeza. A nossa ideia é substituir todo esse *kit* por esse cartão-emergência, de forma a possibilitar que as famílias ou a pessoa que ficou em situação de vulnerabilidade possa gastar o valor do cartão da maneira mais necessária. Como nós entregamos colchões, às vezes a pessoa não precisa de colchão, mas precisa comprar um fogão, enfim, alguma outra coisa que perdeu na enchente ou no incêndio. Então, a ideia é substituir esse kit emergência por um cartão-emergencial que nós entendemos dará mais autonomia e independência às famílias. Essa licitação ainda está em andamento, nós vamos permanecer evidentemente com alguns kits emergenciais para situações emergenciais. Nós vamos permanecer com colchões, cobertores e *kits* no nosso almoxarifado, mas a ideia é que a gente possa usar esses cartões a partir do próximo ano. Então isso é o que está nos 33 milhões.

Em relação às demais despesas, 27 milhões, estão aí o Programa Renda Mínima

do Município, os benefícios eventuais, a Conferência Municipal de Assistência Social que será realizada no ano que vem, e o pagamento dos agentes SUAS.

Bom, aqui a gente está colocando um pouco dos editais que nós já lançamos neste ano e que devem redundar em novos serviços a partir do ano que vem, já no começo do ano. Então cabe um destaque para a implantação de 13 Serviços de Assistência à Família. Esse é um serviço que nós julgamos bastante importante para fazer a assistência social chegar mais próxima da população. Esses editais de SAFs todos já foram publicados, então são três na região de Pedreira, dois no Jardim Iguatemi, um São Rafael, um Vila Curuçá, um na Brasilândia, um no Capão Redondo, um Guaianases, um Perus, um Mooca e um Santo Amaro.

Nós também previmos a implantação dos dois CREAS, na Lapa e em Parelheiros. Para o de Parelheiros nós já temos um imóvel e é possível que a gente consiga implantá-lo inclusive neste ano. A implantação de seis novos núcleos de proteção jurídico-social em Parelheiros, Santo Amaro, Santa Cecília, Bela Vista, Lapa e Mooca. Implantação de seis centros-dia para idosos, que são aqueles centros que funcionam 12 horas por dia, de maneira que a família do idoso possa sair para trabalhar, deixar o idoso na assistência social e voltar para pegá-lo à noite.

Também tem a previsão de dois SPVVs, em São Mateus e Perus. Implantação do Núcleo de Atendimento a Criança e Adolescente em situação de rua, que nós já temos um edital homologado, estamos apenas na dependência do imóvel. Também a previsão de implantação de um centro-dia para pessoa com deficiência, que esse projeto foi aprovado recentemente no Comas. A ideia é transformar um NAISP de adultos em um centro-dia de pessoa com deficiência. Isso era uma demanda da população com deficiência, porque possibilita, tal qual a gente faz com o centro-dia do idoso, que a família deixe a pessoa com deficiência durante todo o dia, que ela será cuidada e voltará à noite.

Também a implantação de 16 novas repúblicas, cujos editais também já estão publicados. Nós estamos prevendo 540 vagas para operação baixas temperaturas, que sempre acontecem entre os meses de maio e setembro. Também a implantação de dois novos SIATs,

na Vila Leopoldina e na Roberto Marinho, substituindo os antigos Atendes. A implantação de dois CAE Família, um deles vai começar essa semana no antigo prédio do Cinema Arte Palácio, a gente já está com alguns andares prontos, e essa semana nós já vamos começar a levar famílias para lá.

Também temos previsão de 17 novos SAICAs. Com esses novos SAICAs nós vamos conseguir fazer todo o reordenamento...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Secretária, acho que nem todo mundo está habituado com todas as siglas. Se a senhora pudesse explicar o que são as siglas.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Está bem. Quer que volte aonde?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem o SIAT, tem o...

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – O SIAT é o Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica, que faz parte do Programa Redenção, está previsto dentro da política municipal de combate a álcool e drogas. Nós já temos dois SIATs na cidade de São Paulo, um na Armênia, outro no Glicério, e existe a previsão de dois novos serviços, que é um serviço conjugado entre Assistência Social e Saúde, que é para que as pessoas que estão na crackolândia ou em outras cenas de uso possam ir para esses equipamentos onde terão atendimento social e de saúde, com ampla oferta de serviços, seja abstenção, seja abstinência total, seja redução de danos, enfim.

O CAE Família é o Centro de Acolhida Especial para famílias. A gente detectou uma demanda de vagas para famílias, então nós estamos, como eu disse, já nesta semana, abrindo o Centro de Acolhida para famílias no antigo Cinema Arte Palácio, que era o Hotel Plaza. Nesta semana as primeiras famílias começam a chegar.

Os SAICAs são os Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes. Nós vamos implantar novos SAICAs para possibilitar o reordenamento, finalizar o reordenamento de toda a rede do SAICAs. Existe uma resolução conjunta do Conselho Municipal de Assistência Social com o Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente que prevê que os SAICAs devam diminuir de 20 para 15 crianças e adolescentes.

Nós já reordenamos mais de cem SAICAs, mas ainda faltam 30 para reordenar. E nós pretendemos, em 2021, fazer esse reordenamento exatamente com a implantação, com a abertura de novas vagas que vão possibilitar esse reordenamento.

Também tem previsão de implantação de dois Centros de Acolhida Especial para Idosos. A população idosa, como todos sabem, vem crescendo muito na cidade de São Paulo e nós estamos com a proposta de tirar todos os idosos que se encontram nos Centros de Acolhida de Adultos para Centros de Acolhida Especial. Hoje temos 430 idosos que já estão nos hotéis, mais 200 que já estão no CAE que nós abrimos em outubro na Barão de Campinas, e vamos implantar mais dois. Com isso a gente espera zerar ou diminuir bastante o número de idosos nos Centros de Acolhida, propiciando um atendimento mais digno e humanitário. Esses idosos estão em quartos com duas, três ou quatro pessoas, suíte, com banheiro no quarto, enfim. A gente imagina com isso diversificar o acolhimento na rede e, portanto, dar melhor atendimento para a população idosa.

Também estamos implantando uma nova ILPI, 60 novas vagas para Instituições de Longa Permanência para Idosos, duas residências inclusivas, que são residências para pessoas com deficiência que necessitem de acolhimento. Essas duas novas residências são no Campo Limpo e Jaçanã. Lembrando que nós ampliamos em 30%, neste ano, o número de vagas em residências inclusivas.

Também vamos implantar uma casa de passagem para mulheres em situação de violência. Houve a tipificação desse serviço pelo Comas, que não existia, então vai ser possível implantar o serviço.

Implantação de dois novos serviços de Família Acolhedora. Em 2020 nós iniciamos três serviços de família acolhedora, que é aquele serviço em que as crianças vão para o seio de algumas famílias que se dispõem a isso, e essas crianças ficam com essas famílias até que sejam adotadas ou que voltem para sua família originária.

Também já está em andamento a implantação de um Centro de Acolhida para homens trans na região do Butantã. Nós fizemos um edital que infelizmente deu deserto, mas

já republicamos esse edital para abrir 30 vagas para homens trans.

No último *slide*, a divisão dos valores para o orçamento de 2021. A proteção básica vai receber 448 milhões, para os serviços da proteção especial estão destinados 528 milhões, daqueles 977 que eu coloquei no gráfico anterior.

Essa é a minha rápida apresentação. Fico à disposição para os questionamentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Secretária.

Passemos ao nosso Secretário Adjunto Luiz Ricardo Viegas de Carvalho. É ele que fará a apresentação pela Secretaria da Habitação?

O SR. LUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO - Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Pois não, já está na tela para apresentação.

O SR. LUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO – Quero iniciar justificando a ausência do Secretário Carlos Tomé, que teve uma indisposição nesta noite. Infelizmente, não poderá conduzir a reunião ou participar diretamente da reunião.

Fui convocado a esta tarefa. Ao meu lado está o Presidente da Cohab, Luigi Lazzuri Neto. Aliás, essa formatação da proposta orçamentária, lembrando sempre que nós construímos em conjunto, até porque a proposta é a política habitacional da Cidade, para que...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Caiu sua conexão.

O SR. LUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO – Alô. Está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Melhorou agora. Voltou.

O SR. LUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO – Cortou muito? Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Pode continuar que deu para entender. Ouvimos bem agora.

O SR. LUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO – Eu queria então iniciar

justificando a ausência do Carlos Tomé, agradecer esta oportunidade de a Secretaria da Habitação com a Cohab de participar desta audiência pública, sabendo desse formato novo, ou seja, que é o novo desafio para todos nós. Inclusive para nós.

Só para ilustrar, estou com toda equipe da Secretaria aqui, os coordenadores de orçamento, coordenadores de obras, enfim, a equipe da Cohab participando deste momento. Até para que todos tenham informações e, se for o caso, subsidiar algumas respostas que forem necessárias.

Queria agradecer a presença dos Vereadores, me parece que o Vereador Goulart está presente, nesta reunião, também à minha colega Berenice que, brilhantemente, fez essa apresentação.

Eu queria aproveitar para chamar a Marcia, nossa coordenadora de orçamento, que vai fazer uma apresentação técnica desses *slides*, para depois a gente continuar participando, interagindo com a reunião.

A SRA. MARCIA APARECIDA VAZ CURILLA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos.
Vocês conseguem me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sim, ouvimos bem.

A SRA. MARCIA APARECIDA VAZ CURILLA DE OLIVEIRA – Nós vamos apresentar a proposta orçamentária da Sehab e Cohab para o exercício de 2021. (Pausa) Só um minuto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Vou aproveitar para registrar a presença da Vereadora Adriana Ramalho, na nossa audiência pública.

A SRA. MARCIA APARECIDA VAZ CURILLA DE OLIVEIRA – Posso prosseguir?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sim.

A SRA. MARCIA APARECIDA VAZ CURILLA DE OLIVEIRA – Início a apresentação da proposta orçamentária da política habitacional da Secretaria da Habitação.

- Oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. MARCIA APARECIDA VAZ CURILLA DE OLIVEIRA – A gente começa

demonstrando sucintamente os valores que estão sendo alocados para a produção habitacional, que é de R\$ 987.683.000,00; para regularização fundiária num total de R\$ 195.284.000,00; organização em assentamentos precários R\$ 181.989.000,00; a parte de custeio R\$ 348.382.000,00.

Produção habitacional, apenas para esclarecer... A tela está alterando?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Não. Só na capa.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. MARCIA APARECIDA VAZ CURILLA DE OLIVEIRA – Está aparecendo agora? Nada?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Não, só a capa da apresentação.

A SRA. MARCIA APARECIDA VAZ CURILLA DE OLIVEIRA – Eu já tinha mudado os *slides*. Só um minuto, por favor. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Agora sim.

A SRA. MARCIA APARECIDA VAZ CURILLA DE OLIVEIRA – Agora foi.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Foi.

A SRA. MARCIA APARECIDA VAZ CURILLA DE OLIVEIRA – Está aparecendo?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Sim.

A SRA. MARCIA APARECIDA VAZ CURILLA DE OLIVEIRA – Voltando, então. A política habitacional, da Secretaria da Habitação, contempla diversos projetos e utilidades. Dentre eles está a produção habitacional que é a construção de moradia para o atendimento da demanda habitacional. Então eu tenho R\$ 987.683.000,00.

Regularização fundiária eu tenho R\$ 195.284.000,00, que é o valor necessário para emissão de títulos e regularização da parte fundiária e urbanística da área.

Urbanização de assentamentos precários R\$ 181.989.000,00, são necessários para levar a parte de infraestrutura pública, contenção de encostas e reforma de algumas unidades, quando for o caso, além de canalização de córregos, pavimentação de rua, macro e micro drenagem, ao longo das áreas.

A parte de custeio R\$ 348.382.000,00 que envolve auxílio aluguel, para quando se tem a retirada da família do local da área de intervenção e se precisa dispor de uma ajuda para que ela possa morar em outro local, durante a execução das obras. Também contempla a parte de aquisição de materiais, da Secretaria da Habitação, assim como a parte de pessoal. A parte de salários do funcionalismo.

Portanto, a soma de todos esses projetos da Sehab e Cohab totalizam 1,7 bilhão na nossa proposta orçamentária para 2021.

Aqui a gente apresenta um demonstrativo – só um minuto, por favor. (Pausa)

Aqui a gente faz um demonstrativo por órgão que envolve a política habitacional entre Sehab e Cohab. Aqui a gente acrescenta as fontes de recursos que contemplam a política habitacional da Sehab.

O orçamento da Sehab é composto da fonte do Tesouro, do FMSAI, do Fundurb, do Fundo Municipal de Habitação e recursos da Cohab mesmo.

Para a Sehab, a parte de investimentos que aqui estão contemplados não só recursos do Tesouro, mas as fontes de recursos vinculados que são os recursos dos Governos Federal e Estadual que contemplam R\$ 263.890.000,00. A parte de custeio que contempla auxílio aluguel, aquisição de materiais e salário do funcionalismo, contempla R\$ 201.964.000,00.

Do Fundo Municipal de Saneamento e Infraestrutura R\$ 253.599.000,00. Aqui nós demos preferência para colocar recurso nas obras de urbanização de favelas, sejam elas dentro de mananciais ou fora, bem como a parte de gerenciamento social, de regularização fundiária e obras. Muito necessária para que a gente consiga fazer a entrega não só das moradias, mas também das famílias beneficiadas com as obras de urbanização.

O Fundurb: nós contemplamos e concentramos a produção habitacional na cidade de São Paulo. Então, tudo o que se refere à construção de unidades habitacionais nós alocamos dentro do Fundurb. Esse valor é razoavelmente elevado porque aqui temos uma necessidade muito grande de dar um ritmo acelerado às obras que estão em andamento, até

para que, com o tempo, consigamos diminuir a parte de custeio, que é o auxílio-moradia. Então, se mais recursos colocamos nas obras, as obras terminam em um prazo razoavelmente interessante, para que consigamos entregar as unidades para as famílias que estão sendo beneficiadas naquela região – não somente isso, mas também contemplando uma boa parcela destinada às áreas do programa Pode Entrar. Então, por esse motivo, o valor do Fundurb ficou razoavelmente elevado.

A soma de todas essas fontes de recurso dentro da Sehab totaliza um bilhão e 300. Da parte da Cohab, investimento pelo FMH, há 142 milhões, 357 mil. A parte de custeio: 24 milhões, 382 mil. Com relação à fonte de recurso da Cohab, da 83, que é a parte de investimento, eu tenho 111 milhões, 354 mil. E a parte de custeio: 122 milhões e 35 mil – dando um total de 400 milhões, 130 mil. Isso, então, resulta em um total da política habitacional no valor de um bilhão e 700, do Orçamento para 2021.

Então, esclarecendo o orçamento da Sehab, acho que são os principais motivos para justificar o porquê desse orçamento. A primeira delas é dar início ao programa Pode Entrar, que é a construção de unidades habitacionais.

Licitação de novas obras: para atendimento aos termos de compromisso com o governo federal, principalmente, no que diz respeito aos PACs, os Programas de Aceleração do Crescimento – é o PAC Encostas; para dar maior ritmo às obras de produção habitacional em andamento, além de oferecer contrapartida aos recursos externos estaduais e/ou federais. Como temos obras conveniadas, principalmente com recurso estadual, de nada adianta ter esse recurso se não tivermos a contrapartida para oferecer. Então, é muito importante que se tenha esse recurso para dar como contrapartida e para acelerar o ritmo das obras.

Atendimento a ações judiciais do Ministério Público: para diminuir o déficit habitacional.

Urbanização: para levar saneamento básico à população que reside em assentamentos precários, desprovidos de infraestrutura adequada, além de contribuir com a despoluição das águas na região dos mananciais, bem como dos córregos que estão dentro do

perímetro das áreas de intervenção.

Gerenciamento de obras eSocial: para que seja possível a entrega das unidades habitacionais e/ou atendimento de famílias com as obras de urbanização.

Por fim, regularização fundiária de assentamentos precários: visando a entrega de títulos de concessão de uso.

Agora, aqui, apenas em caráter ilustrativo, apresentamos algumas das obras que estão em andamento em 2020 e que necessitam de recurso para continuar em 2021, visando a entrega de algumas delas ainda no exercício de 2021. Então, é importantíssimo o incremento de recursos nessas obras, para que consigamos fazer a entrega e atender essas famílias o quanto antes, as famílias tão necessitadas, principalmente na região de obras de assentamentos precários.

A primeira delas que eu coloco aqui é Paraisópolis/Setor Antonico, uma obra recém-contratada pela Sehab. Deu início agora, no mês de novembro, na região do Campo Limpo.

Heliópolis – Gleba G: são 221 unidades habitacionais em execução ali, na Subprefeitura do Ipiranga.

Paraisópolis/Sanfona – Fase 2: quanto a essa obra, eu faço parênteses, porque essa obra não está em andamento, mas ela precisa de recurso, tanto da parte do Estado, recurso estadual, quanto da parte do recurso federal, quanto nosso recurso, para que consigamos licitar essa obra no ano que vem. Então, é importantíssima a continuidade dessa obra, lembrando que, recentemente, entregamos 50 unidades neste mesmo empreendimento e que os platôs estão prontos para ali se construírem as unidades habitacionais, que são 349. Então, é importantíssima a alocação de recurso nesta obra, localizada dentro do Complexo Paraisópolis.

Há, também, a Ponte dos Remédios, localizada na Subprefeitura da Lapa, com a construção de mais 160 unidades.

Heliópolis/Sabesp 1, também na Subprefeitura do Ipiranga, que é a retomada de

uma obra, recém-contratada, agora, pela Sehab, já está em andamento e precisa continuar em 2021.

Chácara do Conde – Fase 2: uma obra importante na região dos mananciais, na Capela do Socorro, onde já há uma primeira parte com ritmo bastante acelerado, com a entrega de 562 unidades habitacionais. Estão previstas mais 728 unidades habitacionais.

Bamburral: com a construção de 158 unidades habitacionais na região de Perus.

Alto da Alegria: também localizada na região dos mananciais, na mesma Subprefeitura da Capela do Socorro.

Heliópolis/Sabesp 2 – Condomínios 4 e 5: também na região do Ipiranga, esta obra necessita do recurso estadual e contrapartida do Município, para que possa dar prosseguimento em ritmo acelerado em 2021.

Viela da Paz – Condomínio D: 122 unidades habitacionais na região do Butantã, lembrando que esta obra já teve várias entregas de unidades habitacionais. Está previsto uma parte das unidades deste empreendimento ser entregue ainda no final deste ano, possibilitando, com esse incremento de recurso, dar continuidade à execução, especificamente, deste condomínio.

Estrada das Lágrimas: esta é uma obra que não foi iniciada, mas que precisa de recurso para que seja licitada, lembrando que ela faz parte de um termo de compromisso com o governo federal. Existe um termo de compromisso assinado para a execução dessas unidades e temos de dar continuidade, para a conclusão desse termo de compromisso com o governo federal.

Domênico Martinelli é uma obra que não foi iniciada, ainda. Estão previstas 267 unidades na região do Butantã, mas ela está contratada. Só não foi iniciada, porque nós estamos priorizando a entrega de unidades no empreendimento Viela da Paz, que faz parte do mesmo contrato do Domênico Martinelli.

Agora, neste *slide*, fazemos uma apresentação, também, de algumas áreas de obras de urbanização em assentamentos precários. Então, a primeira delas é Jardim

Continental/Parque das Flores, localizada na Subprefeitura de São Mateus. É importante obra de urbanização de favela, onde estão sendo feitas canalização de córrego, contenção de encostas, rede de esgotamento sanitário, rede de água, pavimentação, drenagem. Então, ela é muito similar a tantas outras intervenções que estão no âmbito da Secretaria de Habitação, juntamente com a Cohab.

Temos a obra do Jardim Arnaldo, na região dos mananciais, levando essa parte de infraestrutura pública – assim como na área denominada Erundina e, também, na Cidade Júlia. Na Cidade Júlia, ali, está se mostrando a canalização de um córrego. A foto do Erundina está mostrando a execução de um muro de contenção.

Por fim, nós apresentamos a composição do orçamento da Sehab/Cohab, distribuída da seguinte forma: 27% do orçamento é do Tesouro; 15% do orçamento corresponde ao FMSAI; 35% do orçamento corresponde ao Fundurb; 10% do orçamento corresponde ao FMH e 13% à Cohab.

Apresentando recursos por tipo de atividade dentro da Sehab, juntamente com a Cohab, temos 11% destinados à regularização fundiária; 58% destinados à Habitação de Interesse Social; 11% destinados à urbanização de assentamentos precários e 20% destinados a custeio. Esse orçamento, que nós estamos apresentando, é o total necessário para 2021, não levando em consideração os parâmetros informados pela Secretaria da Fazenda.

Assim, encerro a apresentação. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado. Vamos proceder, agora, ao início das inscrições. Quero registrar a presença da Vereadora Soninha Francine e do Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Como é de praxe em nossas audiências, vamos intercalando cidadãos, cidadãs com os Srs. Vereadores. O tempo é de três minutos para cada orador. Seremos rigorosos no controle para que possamos dar oportunidade para que todos possam falar. Em seguida, teremos as respostas dos Secretários.

A primeira inscrita é a Sra. Tereza Djane Arrais.

A SRA. TEREZA DJANE ARRAIS - Quero agradecer a participação nesta audiência. Agradecer à Mesa, na figura do Presidente Donato; ao Secretário de Habitação.

Gostaria de pontuar algumas questões que foram apresentadas tanto no PAI, Plano de Ação Integrada, e que fosse discorrido um pouco mais sobre a questão do PAI Pirajussara 7, onde o Conselho Gestor foi implantado na gestão Bruno/Doria. Esse conselho ficou inativo e até hoje não voltou. Temos várias famílias em condições muito precárias.

Gostaria também de pontuar sobre o Domênico Martinelli, porque ele faz parte do lote do Viela da Paz na urbanização, só que ele não atende às famílias da Viela da Paz, faz atendimento das famílias do Água Podre e do Sapé. Quando esse lote foi colocado, acabou sendo juntado e no orçamento, que é para o Viela da Paz, isso é dividido. Estamos com a obra do Viela da Paz em atraso. Temos um PAC, temos áreas que precisam ser desapropriadas e eu não vi isso citado na apresentação do Secretário. Multas estão ocorrendo e as 108 unidades que estão sendo entregues, não serão entregues neste ano, mas no ano que vem. As famílias já foram contatadas para fazer a entrega da documentação e está ocorrendo reuniões. E em reuniões com Secretários anteriores, ficou decidido que o uso do Fundurb seria destinado à desapropriação de uma área da Luiz Migliano para que contemplasse o restante das famílias do Viela da Paz, que ainda estão em uma condição de aluguel social.

Gostaria que houvesse uma fala mais determinada e também fosse falado qual será o orçamento empregado para o projeto da Viela da Paz para entrega de todas as unidades e o atendimento a todas as famílias, que estão em atraso.

Era isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Tereza. Próxima inscrita é a Carmen Caballeria Ferreira. (Pausa) Ausente. Gabriella Oehlmeyer. (Pausa) Não está presente.

Então passo a palavra ao Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, que também se inscreveu.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - Prezado Presidente Antonio Donato,

sabe que neste instante eu estava conversando com o nosso querido Nabil Bonduki, de como contraria o bom senso essa decisão do Condephaat de fazer com que o Ginásio do Ibirapuera seja demolido. Não é possível que pessoas de bom senso, como o próprio Prefeito Bruno Covas, vá aceitar uma decisão dessa ordem. Quem sabe o próprio Secretário da Habitação possa expressar a sua opinião sobre como pode haver uma decisão tão surpreendente quanto essa de querer demolir o Ginásio do Ibirapuera para construir um grande complexo de shopping centers. Como se não fosse essa região tão bem servida de shopping centers.

A Secretária Berenice nos falou a respeito da renda básica emergencial, sobre a qual tivemos um consenso entre a base governamental e nós da Oposição. E nesse sentido, quero cumprimentar o bom senso do Prefeito Bruno Covas, como também cumprimentá-lo pela difícil eleição, junto com o Vice-Prefeito Ricardo Nunes, perante adversários que tiveram grandes méritos em apresentar proposições válidas, interessantes para, sobretudo, alcançar a realização de maior justiça em nossa cidade.

Mas gostaria de informar à Secretária Berenice que ontem à noite enviei uma carta ao Prefeito Bruno Covas para que considere seriamente em reencaminhar à Câmara Municipal o projeto de lei que institui a renda básica de cidadania no Município, a ser implementada de forma gradual ou até alcançar a universalidade e incondicionalidade, conforme prevê tanto a Lei Federal 10.835, de 2004, aprovada por todos os partidos e sancionada há 16 anos pelo Presidente Lula, como também o Projeto de Lei 620/2016, que previa a instituição de uma renda básica de cidadania, que já havia sido aprovada na Comissão de Constituição e Justiça; de Administração Pública e estava na Comissão de Saúde com o Parecer e Justificativa que eu anexei nesta carta ao Prefeito, do Vereador Gilberto Natalini. Mas como em abril, deste ano, apresentei o Projeto de Lei 207, que acabou sendo aprovado como substitutivo, que era do ex-Prefeito Fernando Haddad, com isso parou a sua tramitação. Felizmente o Projeto de Lei 207/2020, como substitutivo, foi aprovado por 48 votos “sim” e 2 “não”. E o Prefeito Bruno Covas informou que fará o pagamento em uma vez só, agora em dezembro, e que vai beneficiar 1,3 milhão de pessoas. Mas eu gostaria aqui de transmitir à Secretária Berenice -

com quem tenho tido um diálogo sempre muito respeitoso e construtivo - que encaminhei essa carta ao Prefeito Bruno Covas para que ele retome a tramitação desse projeto e na forma como está o parecer de Gilberto Natalini. Quem sabe, então, possamos ter novamente bom senso e chegar a uma apreciação e aprovação tanto pela base do Governo como por nós do PT e do PSOL. Era isso, Presidente Donato, que eu gostaria de salientar nesta audiência pública, agradecendo muito ao Secretário de Habitação e à Secretária de Assistência Social. Muito obrigado.

- Interferência sonora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Há alguém com microfone aberto. Por favor. (Pausa) Lembrando que já temos mais de 30 inscritos e que, ao final da fala dos Secretários, encerramos as inscrições. Próxima inscrita, Ana Angélica Marques de Oliveira. (Pausa) Próxima, Maria do Carmo. (Pausa) Próximo, André Ancelmo Araújo.

O SR. ANDRÉ ANCELMO ARAÚJO – Bom dia. Minha pergunta é direcionada à Secretária Berenice. Secretária, segundo planilha Resumo Parcerias Outubro, disponível no site da SMADS, os serviços existentes custam 88 milhões por mês; vezes 12 meses, dá um 1 bilhão e 59 milhões. A senhora disse na sua apresentação que os serviços custam 977 milhões. Então, a minha primeira pergunta é: como a senhora chegou a um custo 82 milhões a menos do que o custo de outubro de 2020?

Minha segunda pergunta é: 88% dos serviços mantidos pela SMADS são inacessíveis à pessoa com deficiência. É importante destacar que na tipificação do serviço, a pessoa com deficiência é público-alvo de todos os serviços da SMADS, mas 88% deles são inacessíveis. Desde 1997, a Prefeitura não pode locar imóveis que não sejam acessíveis, é uma lei municipal. Dentro do período de 4 anos da gestão Bruno Covas, a Assistência orçou, dentro das LDOs, 492 milhões de reais ao longo de 4 anos para investimento; mas a Secretaria da Fazenda congelou 347 milhões de reais desses investimentos ao longo de 4 anos, ficando 22 milhões de reais. A SMADS usou 14 milhões de reais, sobrando 8 milhões de reais. Ou seja, praticamente todo o valor orçado para investimento ao longo de 4 anos não foi utilizado. A

minha pergunta é: quando efetivamente a SMADS vai garantir às pessoas com deficiência acesso a todos os serviços mantidos pela pasta? E como a senhora vai fazer isso? Porque, pelos números que a senhora apresentou, o dinheiro não vai dar porque a senhora não considerou os 83 milhões anuais de folha de pagamento da SMADS. A SMADS custa anualmente, entre serviços e folha de pagamento, 1,2 bilhão, e a senhora apresentou, de Orçamento, 1.3 bilhão, sendo que a senhora pretende investir ainda em novos serviços mais 64 milhões.

Para terminar, é importante destacar que existe uma projeção de diminuição, ao longo dos quatro anos de, de 100 milhões do orçado mais 100 milhões de congelados. Então, quero saber qual é a mágica que a senhora vai fazer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, André. Próxima inscrita, Diva Nunes. (Pausa) Não estando presente, passo a palavra à Vereadora Soninha Francine, que também se inscreveu.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Presidente. Peço desculpas pelo atraso, pois estávamos em uma atividade externa, da Comissão de Direitos Humanos, que se estendeu além do horário.

Como cheguei há pouco, não vi a apresentação completa da Habitação. Então, peço desculpa se eu estiver perguntando alguma coisa que foi apresentada. Eu gostaria de saber do empreendimento do Córrego da Água Podre, que vimos acompanhando há anos. O empreendimento vem se deparando com várias dificuldades, inclusive em nível de política federal, mudanças. Então, gostaria de saber se há novidades sobre o Água Podre, se ele tem os recursos necessários ou pelo menos uma parte dos recursos para avançar um pouco com o empreendimento.

Minha outra dúvida é sobre a previsão de recursos para reforma de edifícios destinados à locação social, principalmente na região central. Desculpem de novo se isso foi abordado, mas não vi.

Aqui no *chat* a Diva está informando que ela está presente sim, só não havia

conseguido ligar o microfone. Era isso, Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Soninha. Diva, se você conseguir ligar o microfone, tem a palavra. (Pausa) Ainda não conseguiu, teria que aparecer na tela. Então, vou chamando os outros inscritos enquanto ela tenta resolver esse problema técnico. Às vezes, precisa sair do celular e voltar. Pode ser um problema de configuração no celular.

- Dada a palavra aos oradores inscritos, verifica-se a ausência dos Srs.: Naiara Mazariolli, Márcia Suzai da Silva, Maria de Fátima de Araújo, Carla Tavares Fujiwara, Eliana Neto, Rosina Conceição de Jesus, Leandro Mendes da Silva, Rubens Marcelino, Kely de Oliveira Rodrigues, Alexandre Bonfim, e Cristiane Oliveira Dantas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – O Tonhão estava aí. Será que ele consegue ligar o microfone?

O SR. TONHÃO (ANTONIO P. SOUZA) – Bom dia, Donato. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sim. Até que enfim alguém conseguiu. Vamos lá.

O SR. TONHÃO (ANTONIO P. SOUZA) - Bom dia a todos. Bom dia, nobre Vereador Antonio Donato, por coordenar a nossa audiência pública do orçamento da Habitação. É um tema muito importante para a nossa Cidade. Ainda mais esse tema tem se deteriorado nos últimos anos. Ano a ano, vem sendo reduzido o orçamento da Habitação. Isso tem se tornado um problema crônico aqui na Cidade, visto que já beira meio milhão de habitações como *déficit* na nossa Cidade. No início da gestão anterior, havia cerca de 360 mil moradias. Isso é um problema crônico na Cidade, porque denota falta de investimento e condições precárias pelas quais as pessoas vêm sendo submetidas, vivendo em área de risco e beira de córregos, aumentando drasticamente o número de moradores em situação de rua. Então, a política habitacional também ajuda a sanar outros problemas que há na Cidade.

Nesse orçamento proposto para 2021, pelas percentagens aqui de regularização, produção habitacional de HIS, urbanização e custeio, que são 20%, esse custeio envolve toda

a estrutura de Cohab e Sehab.

Inclusive é importante dizer que para que a gente tenha uma política habitacional que ande é preciso que a gente invista mais na Cohab e fazer o contrário do que fez o Sr. Governador Doria, que extinguiu o CDHU. Nós estamos seguindo uma linha contrária, de valorizar esses trabalhadores, profissionais, que viabilizam as políticas habitacionais. Portanto, têm que haver ali técnicos qualificados, de carreira, que possam ajudar a implementar uma política habitacional.

Eu vim aqui pegar a questão do programa habitacional proposto, ainda no final do ano passado, em dezembro, pelo Prefeito Bruno Covas. O programa pode entrar. Na gestão anterior ou na nova - já houve uma nova eleição - quando o Sr. Secretário era o Sr. João Farias, havia um total de recursos, sendo investimentos da Prefeitura e outros investimentos, que totalizavam mais de um bilhão de reais para o Programa Pode Entrar.

Nessa nova conta aqui, há 593 milhões, ou seja, é praticamente metade do valor. Parece-me que isso não contempla as áreas de Cohab que foram concedidas aos movimentos, via editais, quatro editais, para garantir os projetos dessas entidades ou entidades que tenham terrenos próprios. Então, parece-me que o valor aqui está menor do que estava proposto na época do Sr. Secretário João Farias. Então, acho que essa é uma parte do orçamento que diz respeito à questão mais importante, produção habitacional. Inclusive, é onde vai ser diminuído o gasto da Prefeitura em auxílio aluguel, por exemplo, que é enxugar gelo. Falo do dinheiro que é gasto e não volta. Isso não resolve o problema habitacional. Portanto, são necessários mais recursos. Nós vamos poupar esses auxílios. Portanto, acho que é uma política fundamental. Portanto, esse programa pode entrar.

Deveria ser recomposto esse valor, talvez com mais recurso do FMH, para contemplar o programa e garantir que esses terrenos sejam efetivamente utilizados para moradias sociais e não se correr inclusive o risco de ser invadido, como alguns têm sido por pessoas inclusive que tentam fazer loteamento clandestino e vender terrenos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra a Sra. Irani Dias.

A SRA. IRANI DIAS - Oi. Boa tarde. Sinto-me muito contemplada com as falas do meu Líder Tonhão, mas queria acrescentar algo. Eu queria um olhar especial, por parte da secretaria, para os nossos idosos. Temos muitos idosos dentro dos movimentos sociais e das associações e não estamos vendo uma política que está contemplando completamente esses idosos. A gente sabe que, quando barrar na Caixa(?), pode não passar.

Precisamos ver essas questões da locação social, o quanto que dá para avançarmos nessa questão. Ademais, são as palavras do Tonhão mesmo. A gente precisa ver como vai ser resolvido isso.

Pela apresentação que eu vi, digo que eu estive no Fundurb entre 2013 até 2016, 2017, e para mim foi a mesma apresentação. Não se alterou nenhum loteamento. Não houve nenhuma novidade, e a gente está aguardando outras coisas. Então, fico um pouco preocupada, de quando vão ser atendidas, de fato, as demandas da zona Norte, que não foram contempladas aí.

Quero um aceleração mesmo desses atendimentos. (inaudível) não conseguiu governar até agora. Está com a casa pronta. Vamos ver. Estou colocando muita confiança no Sr. Ricardo Viegas. Fui muito bem atendida por S.Exa. na secretaria, e espero que isso avance.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. José André de Araújo.

O SR. JOSÉ ANDRÉ DE ARAÚJO - Bom dia a todos. Eu queria saudar o Sr. Presidente desta comissão, os demais Vereadores e todos os participantes que estão neste momento. A primeira questão que eu coloco é um protesto, pelo formato dessa audiência, misturando Assistência Social com Habitação. Eu acho que esses temam poderiam ter sua autonomia, e nós temos a participação diminuída, porque eu queria participar, fazer perguntas na área da Assistência Social e estou impedido por quê? Além de conselheiro municipal, há a

questão dos temas da Habitação. A segunda questão também do meu protesto é o descumprimento da lei municipal 13.425, que criou o Conselho Municipal de Habitação, do qual eu faço parte; e deveria primeiro o orçamento da Secretaria Municipal da Habitação ser discutido no âmbito do Conselho Municipal de Habitação.

A minha terceira questão é primeiro, as fontes do Tesouro. Não foram bem esclarecidas quais são as fontes do município, do Estado e do Federal, a nível federal. Então, isso acaba causando um *show* de números. Eu não sei para quem isso pode beneficiar. Então, isso contraria até a questão da transparência, a gestão democrática do município.

Outra questão também que foi falada, na questão da urbanização, é que, no final, será dado o título de concessão de uso. Então, eu acho que a palavra está errada aí. Por quê? Porque, pela nova legislação, há a legitimação fundiária ou a legitimação possessória. Então, gostaria que fosse esclarecida também essa parte. Eu estou falando aqui rápido, porque nós temos aqui um tempo bastante resumido.

Faço uma pergunta bem objetiva para 2021: Quantas unidades habitacionais serão produzidas? Essa é a pergunta que tem que ser respondida na lata. Também não foi respondida.

Quanto ao cumprimento principalmente da urbanização e da questão fundiária das ações judiciais, nós temos o caso do Jardim Manacá da Serra, com ação judicial já transitada em julgado. A Prefeitura pediu um prazo de dois anos para apresentar o projeto urbanístico. Já foram mais de dois anos que esse prazo já se esgotou. Também isso não foi cumprido.

E nós temos a inserção política, e outros bairros estão sendo atendidos com pavimentação e tudo mais. Então, enquanto isso, a Prefeitura não cumpre. A Prefeitura é a primeira a descumprir as ações judiciais.

Sobre o auxílio aluguel, que foi falado aqui, eu queria fazer uma pergunta bastante objetiva ao Secretário Adjunto Ricardo Viegas. Eu discordo um pouco da frase, Coordenador Tonhão, de que o auxílio aluguel é um gasto. Não, é uma questão emergencial pelo não atendimento. Eu queria saber do Secretário Ricardo Viegas quantas pessoas saíram do auxílio

aluguel em 2020 e quantas pessoas do auxílio aluguel foram atendidas. Na verdade, você teria que esclarecer esse número de quantas pessoas serão atendidas com o auxílio aluguel para as novas unidades habitacionais.

Outra situação, para encerrar a minha participação, porque eu acho que está faltando um pouco de transparência nessa questão. Foi assinado um decreto legislativo dando um cheque em branco para o Prefeito Bruno Covas sobre a questão dos fundos municipais, FMH, Fundurb e o FMSAI. Quanto foi gasto com a pandemia no ano de 2020 desses fundos? Complementando a pergunta do Tonhão, mesmo porque, vários desses recursos que seriam gastos do programa Pode Entrar viriam do Fundurb. Então, quanto que foi gasto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Conclua, André. Por favor.

O SR. JOSÉ ANDRÉ DE ARAÚJO – Desculpe, só para encerrar. Existe um projeto de lei municipal correndo na Câmara. Eu queria saber qual é a posição, qual é o objetivo do Ricardo Viegas sobre a questão da modificação da outorga onerosa, porque isso tirará dinheiro do Fundurb, que é a principal fonte de recursos do Pode Entrar e de vários programas habitacionais.

Eu agradeço a oportunidade e espero o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, André.

O próximo orador é o Lucas Souza da Silva. (Pausa) Lucas presente? (Pausa)

O próximo é o William Eilert Evangelista. (Pausa)

O próximo é a Daiana Lourenço dos Santos. (Pausa)

A próxima é a Sandra Aparecida de Bellis. (Pausa)

A próxima é a Arlete de Lourdes Isidoro. (Pausa)

O próximo é o Saulo Raphael Silva Rodrigues. (Pausa)

A próxima é a Marizete Aparecida de Souza. (Pausa)

A próxima é a Flávia de Souza Freire. (Pausa)

- Interferência.

O SR. SAULO RAPHAEL SILVA RODRIGUES – Na verdade, eu estou aqui pela

ALMEM. A Irani fez a pergunta que me representa e eu não preciso falar nada. Só para falar isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Saulo.

Evaniza Rodrigues. (Pausa) Eu vi que ela estava aqui na sala.

A SRA. EVANIZA RODRIGUES – Bom dia a todos e a todas. Eu tenho duas questões, dois grupos de pessoas para habitação. O primeiro deles, eu queria entender um pouco a divergência do que tem no *Diário Oficial*, no PL do Orçamento com o que foi apresentado pela representante da Sehab, porque eu não consegui ver a compatibilidade. Por exemplo, no Fundurb, há uma divergência de mais de 300 milhões. Não sei se ela está considerando todo o Fundurb ou só os 30% da habitação, tendo em vista que o Fundurb ainda não aprovou – não sei se já aprovou – o plano de operação para o ano que vem. Essa é uma dúvida.

A outra é o seguinte: nós tivemos no ano mais ou menos atípico, com uma baixíssima execução orçamentária. Pergunto se haverá recursos que vão ainda ser gastos pela Secretaria ou ficar como restos a pagar ou ainda, no caso do Fundurb, que ficarão reservados para o ano que vem.

Uma das questões importantes é em relação ao programa Pode Entrar, que tinha a meta de ser iniciado no ano de 2020, mas foi iniciado pela Secretaria por diversas questões, mas havia recursos tanto do Fundurb como de empréstimo feito pela Secretaria. Então, para o ano que vem, qual é efetivamente a meta de contratação? É a meta de 2020 mais a de 21 ou a de 2020 já está perdida?

Também tenho uma dúvida sobre aquela rubrica de aportes, de complementos para obras federais. Nós temos ainda na Cidade alguns empreendimentos Minha Casa, Minha Vida - Entidades contratados cujas obras não foram iniciadas e que ainda não receberam aportes municipais naquela rubrica que está prevista, porque só de um empreendimento – vou falar de um empreendimento que estamos acompanhando – a necessidade de aporte será de 28 milhões. Imaginando a quantidade de empreendimentos que há na Cidade, qual é a previsão

também de seguir fazendo os aportes do que era chamado programa Casa da Família para os empreendimentos Minha Casa, Minha Vida - Entidades, cujas obras ainda estão para ser iniciadas?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigada, Evaniza.

O próximo inscrito é o Leandro Ferreira.

O SR. LEANDRO FERREIRA – Obrigado, Donato. É uma honra suceder a Evaniza. A minha fala é direcionada à Secretária Berenice, que sabe bem que, além de atuar na assessoria do Vereador Eduardo Suplicy, eu atuo também na Rede Brasileira de Renda Básica e acho que há alguns temas na sua apresentação e da discussão da assistência social no país que envolvem esse tema da renda básica e transferência de renda.

Primeiro, eu acho que a gente precisa contextualizar um pouco isso na Cidade. A gente tem um programa de referência, que é o Renda Mínima, sendo abandonado já há muitos anos; inclusive não começou na gestão do Doria, isso já vem caindo em desuso, mas eu acho que se mostrou um erro, uma vez que cidades com programas desse porte em funcionamento pleno enfrentaram a pandemia numa condição muito melhor do que, por exemplo, foi a confusão do auxílio emergencial. Agora, enquanto o auxílio emergencial não fez uso da rede da assistência para se disseminar, para cadastrar pessoas, para fazer chegar à ponta, nós não podemos ignorar, na cidade de São Paulo, que nós temos um contingente de beneficiários do auxílio emergencial gigantesco, de 3,5 milhões de pessoas. Acho que isso serve, no mínimo, como base de informação para a gente apontar para caminhos agora.

Nós temos algumas coisas envolvendo isso. A primeira delas é essa renda básica emergencial, cujo histórico dos projetos 620 e 207 foi historiado pelo Vereador Suplicy. Acho até que uma discussão sobre a Renda Básica Permanente precisa voltar, em acordo com o Executivo. Mas essa história de a Prefeitura suplementar a rubrica ainda este ano para pagar tudo em dezembro em parcela única precisa ser mais bem explicada. A lei fala claramente numa periodicidade mensal e por três meses; não fala que era outubro, novembro e dezembro,

mas em três meses. Se a Prefeitura está começando em dezembro, é melhor que isso se estenda até janeiro e fevereiro e seja bem explicado, porque senão vai parecer uma dotação de Natal, um bônus de fim de ano ou algo assim, enquanto a gente poderia, pelo raciocínio, inclusive de ser por pessoa, protegê-las melhor se isso for distribuído no tempo, inclusive porque o auxílio emergencial se encerra em dezembro e em janeiro e fevereiro nós não vamos ter nada. E aí, se junta recurso de final de ano, de Natal, de décimo terceiro, de um monte de coisa e o do auxílio emergencial, que ainda tem, e em janeiro e fevereiro continua-se não tendo nada.

Acho que, por conta de uma manobra contábil da Prefeitura, vocês estão pagando tudo em dezembro e isso é um erro. A manobra contábil não pode se sobrepor à necessidade de proteção social como essa proposta se desenhou desde o começo por pessoa. Acho que isso, portanto, precisa ser corrigido ou justificado, porque há dispositivo na lei que fala em três meses e periodicidade mensal. aguardo esclarecimentos sobre isso.

Acho, Berenice, que há coisas boas e ruins que você mencionou. Por exemplo, os benefícios emergenciais estão virando dinheiro na prática. Acho até que vocês nem deveriam considerar essa história do cartão alimentação e transformar tudo em dinheiro mesmo, porque isso dá maior liberdade para as pessoas. Sabe que a nossa discussão sobre renda básica é isso. Agora, 30 milhões para benefício emergencial e 17 milhões para a renda mínima, que é permanente, parece-me um dissenso. Então, vai ser melhor a pessoa cair no emergencial duas, três vezes no ano do que ficar na política permanente de renda mínima que Município tem.

Então, acho que isso precisa ser corrigido também nesse sentido. Agradeço a oportunidade e espero que a SMADS possa executar este ano a emenda do Suplicy que propõe estudo sobre todos esses temas que há três anos a gente vem tentando e que teria sido muito útil neste momento de pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Leandro. Próximo inscrito, Natanael de Oliveira.

O SR. NATANAEL DE JESUS OLIVEIRA – Bom dia a todos. Sou Natanael e sou conselheiro do Comas e membro do Fórum da Assistência Social.

A princípio, no Comas, rejeitamos os parâmetros da Secretaria da Fazenda que limitava a proposta orçamentária da Assistência Social em 1.315.692,500. O Comas fez a Resolução 1622, de 8 de setembro de 2020, rejeitando os parâmetros da Secretaria da Fazenda. Logo em seguida, na mesma plenária, o Conselho acabou aprovando os parâmetros encaminhado pela SMADS que dava 1.410.296.389,17 através da resolução do Comas 1621, de 8 de setembro de 2020, acrescido – que é papel do conselho sugerir acréscimo na proposta orçamentária quando necessário – de mais 163.730 milhões.

O que acontece? Não peguei muito bem a apresentação da Secretária Berenice, mas quando o Comas analisou a proposta orçamentária encaminhada pela Secretaria da Assistência, o Conselho acabou sugerindo um acréscimo que não estava previsto e que saiu agora recentemente que seria atualizar a proposta orçamentária que estava sendo encaminhada ao Conselho com reajuste dos trabalhadores, porque a proposta com a base de cálculo é junho de 2020, então, não tinha o reajuste de 2% dos trabalhadores.

Então, a proposta já está 2% desatualizada. Além disso, não estava sendo previsto o reajuste das parcerias para o ano de 2021. Então, o Conselho sugeriu através da resolução que seja pensado o reajuste dos convênios a partir de 2021 também. Além disso, o Conselho solicita – já é uma luta antiga do Fórum da Assistência junto com a Secretaria da Assistência, que no começo da gestão estava, mas foi retirada – a ampliação de um educador volante para o CCA, a verba de humanização para todos os serviços. Essa verba serviria para fazer a manutenção de todos os serviços e capacitação de usuários e trabalhadores.

Então, a proposta que o Conselho aprovou é de 1.576.503.181,29. Então, essa proposta que está na Câmara Municipal está desatualizada. É só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Natanael.

Próximo inscrito, Raimundo Bonfim. (Pausa). Próximo, Rubens Marcelino. (Pausa). Próxima, Rosângela Apolinário de Souza. (Pausa). Próxima, Clecia Regina. Próxima, Jomarina

Abreu. (Pausa).

A lista de inscrições que eu tenho está encerrada. Se alguém quiser utilizar o microfone, dou uma última oportunidade antes de passar a resposta dos Secretários.

Queria consultar os Vereadores presentes se tem alguma questão a ser feita aos Secretários. Eu tenho duas questões.

A primeira é para a Secretaria de Habitação. Parece-me que há uma divergência importante que não estou entendendo.

Tem a palavra a Sra. Clecia Regina.

A SRA. CLECIA REGINA – Sou Clecia, da Comunidade da Toca, da zona Sul, Grajaú, que é área de manancial. Estamos com um processo de reintegração de posse. Tem mais de duas mil famílias aqui e está com processo de tirar a gente. A gente criou uma organização fundiária e que vocês deem um projeto ou uma garantia para a gente ficar. A gente não quer ser removido. A gente quer aqui porque aqui já tem mais de 30 anos esta comunidade. Já tem as crianças estudando nas escolas, faculdade e tudo. Temos uma vida na comunidade.

Estou aqui na Associação. Tem uma rua que é a Nono Guer, que já está asfaltada. Tem um córrego aqui e aqui é uma área de manancial e lá embaixo é a Represa Billings. Estamos lutando para não sermos removidos e para continuar aqui. Se vocês puderem nos ajudar. Nossa comunidade é carente e o que puder fazer pela gente, somos agradecidos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Clecia.

Tenho duas questões. A primeira é em relação à Secretaria de Habitação. Tem uma divergência importante no orçamento no Fundurb, como a Evaniza disse, tem uma diferença de 400 milhões. O número informado por vocês na apresentação foi 593.755 milhões, mas no PLOA 2021 está 180.984 milhões. São mais de 400 milhões de diferença. Eu queria entender qual o número que vale porque parece que a técnica da Habitação falou que era uma apresentação não nos parâmetros da Secretaria de Finanças, mas o que temos na Câmara é o orçamento enviado com os parâmetros da Secretaria de Finanças. Então, precisamos entrar

em um acordo e tem uma divergência também no próprio FMSAE, que na PLOA está 232 milhões e nos valores apresentados pela Secretaria 253 milhões.

Essa divergência precisamos resolver senão teremos uma informação errada para todos e com muitos desdobramentos negativos porque um corte de quase 400 milhões é muito dinheiro.

E para a Secretaria de Assistência Social, queria só fazer uma consideração sobre a evolução no orçamento do ponto de vista percentual. Na gestão Haddad, a média do percentual da Assistência Social no orçamento foi de 2,4%. Nos últimos três anos, a média é 2,2%, e a previsão para o próximo ano é de...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Então, isso nos preocupa, uma perda de participação da Assistência Social orçamentária em um ano em que todos estão vendo, que será um ano de crise social profunda, profunda, e que nós temos de nos antecipar. E a hora de antecipar é prover o orçamento...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – ... profunda, infelizmente.

Então. Eu gostaria de fazer esse comentário, porque diz respeito à estrutura da peça, que nem é de total responsabilidade da Secretaria de Assistência, mas que envolve Planejamento e Secretaria de Finanças. Mas é um problema estrutural da peça de continuar em uma decrescente de participação no bolo orçamentário quando os problemas sociais se agravam e a demanda por serviços sociais é ainda maior.

Então, são as duas questões que eu gostaria de fazer e eu passo a palavra, então, para a Secretária Berenice, para a sua resposta, e depois para nosso Secretário Viegas, para a resposta da Secretaria da Habitação. Antes, eu consulto se algum Vereador quer fazer mais alguma questão? Soninha, Goulart, Adriana? (Pausa)

Não havendo mais questões, então, Secretária Berenice com a palavra. (Pausa)

Secretária? (Pausa)

Bom, não sei se tem algum problema com a Secretária, vamos passar, então, a palavra ao Secretário Viegas. O senhor pode fazer a resposta? (Pausa)

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Desculpe, Vereador. Caiu aqui e estou voltando.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Secretária Berenice voltou. Então, Secretária Berenice tem a palavra para as respostas.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Em relação à renda básica emergencial, que foi a pergunta do Vereador Suplicy, o próprio projeto aprovado pela Câmara prevê a possibilidade de ser prorrogado para o ano que vem, dependendo do estado de calamidade. Então, vamos aguardar o que vai acontecer no ano que vem nos próximos dias em relação à pandemia para ver se será possível ampliar esse programa para o ano que vem e se haverá recursos no orçamento para fazer esse pagamento.

Com relação à pergunta do André, até agradeço a pergunta, porque me dá a oportunidade de fazer o esclarecimento que eu não fiz. A proposta da SMADS foi baseada nos números de junho, época em que foi preparada a proposta para encaminhar para a Fazenda e o planejamento a Fazenda encaminha para a Câmara até 30 de setembro. Então, não poderíamos, evidentemente, usar a planilha de outubro. Nós usamos a planilha de junho, mas excluímos os serviços Covid, porque são serviços emergenciais que, em tese, não continuam, e uma parte das expansões, também, que estão previstas para 2021, elas já estão acontecendo. São cinco SAICAs e uma residência inclusiva. Portanto, elas não aparecem aí. Elas já estão previstas no orçamento.

Agora, a grande diferença, que eu queria colocar, é que nós temos 100 milhões para os CCAs que estão na proposta da Secretaria de Educação. Então, mesmo tirando essas considerações que eu fiz, como você mesmo falou, André, estariam faltando 82 milhões, mas, na verdade, com 100 milhões da Educação, que estão para serem repassados para os CCAs, estão sobrando 18 milhões, segundo a conta que você mesmo fez.

Com relação à acessibilidade dos serviços, estamos sendo rigorosos com os

serviços novos em relação à questão da acessibilidade. Você sabe que não é fácil, na cidade de São Paulo, encontrar imóveis adequados. Nós temos, às vezes, muita dificuldade, porque quando encontramos imóvel adequado, muitas vezes, ele não está regularizado. Mas nós estamos, pouco a pouco, sanando essa questão da acessibilidade dos nossos imóveis.

Em relação à pergunta da Irani, em relação aos idosos, embora tenha sido mais para a Secretaria de Habitação, eu vou repetir aqui que nós estamos dando uma atenção especial para a população idosa, retirando todos os idosos que tradicionalmente ficando nos centros de acolhida para adultos e os levando para centros de acolhida específicos para os idosos.

Em relação à pergunta do Leandro, sobre Renda Mínima, na verdade o Renda Mínima acabou perdendo espaço por conta do Bolsa Família, que é um programa maior, mais amplo. O que eu penso em relação ao Renda Mínima é que estamos preparando uma proposta para ser apresentada à Câmara, porque o Renda Mínima tem alguns requisitos que impedem a sua ampliação. Por exemplo, nós colocamos no programa de governo do Prefeito de colocar o Renda Mínima para os idosos de 60 a 64 que não tenham aposentadoria e que ainda não entraram no BPC, que é a partir dos 65 anos. Mas para colocar isso no Renda Mínima, nós precisamos alterar a lei vigente, porque essa parcela da população não poderia entrar, hoje, no Renda Mínima. O Renda Mínima é um programa já antigo que precisa ter a sua legislação, a sua normativa revista, nós estamos, aqui, dispostos a repensar isso. Tanto que colocamos isso na proposta de governo do Prefeito, de estender o Renda Mínima para a população de 60 a 64 anos.

Com relação a usar o Auxílio Emergencial para o Renda Básica, nós estamos fazendo o que foi aprovado pela Câmara. Nós vamos pagar o auxílio para as 480 mil famílias inscritas no Bolsa e para os inscritos ativos no DPU e no Tô Legal, conforme foi previsto. Isso aí vai dar, mais ou menos, mais de 1,3 milhão de pessoas, ainda a depender de um ajuste fino em relação aos inscritos do Tô Legal e do DPU, que é uma quantidade bem menor perto das 480 mil famílias do Bolsa. A execução será feita de uma vez só. O pagamento será na semana

que vem, porque a previsão era de que isso fosse feito em outubro, novembro e dezembro. Então, nós vamos pagar em uma única vez. Agora, a previsão é para pagar na semana que vem e nós estamos ainda nos últimos detalhes, nos últimos acertos, até porque não tem orçamento previsto para pagar o ano que vem. Precisaríamos mexer nisso, se for o caso de pagar no ano que vem.

Você chamou a atenção, Leandro, para os 30 milhões do Emergencial. Na verdade, esses 30 milhões que estão previstos, conforme eu coloquei na minha apresentação, não é só o Cartão Emergência. É a adequação de imóveis; a central de vagas que, como eu disse, era um pedido antigo de todo mundo para que as vagas fossem concedidas mais rapidamente. Para o Cartão Alimentação, que vai substituir as cestas, que hoje distribuimos no CRAS, em que a família é obrigada a ir até o CRAS para pegar mensalmente a sua cesta, agora ela vai receber o cartão. Esse recurso vai ser creditado no cartão, então ela não vai mais precisar se deslocar ao CRAS. Isso significa uma diminuição de despesa para a família e para a Prefeitura também. E, por último o Cartão Emergencial, que vai ser usado em situações de emergência. Então, esses 30 milhões não são apenas para emergência, são para todas essas questões que eu coloquei.

Em relação à execução da emenda que você colocou, Leandro, você sabe que a grande dificuldade foi a resolução do Comas que impedia direcionamento de emendas parlamentares. Felizmente o Comas alterou esse entendimento, publicou uma nova resolução, agora, em setembro, outubro. Então acredito que a gente consiga agora executar as emendas parlamentares direcionadas às entidades inscritas no Comas e com projeto aprovado, que tenha a ver com a tipificação dos serviços.

Bom, com relação à questão do Natanael, foi isso que coloquei, temos mais esses 100 milhões, que estão alocados na Secretaria da Educação, que será para pagamento dos CCAs, e não dava realmente para prevermos reajuste de trabalhadores porque a convenção, o acordo coletivo foi feito há 15 dias e essa proposta foi encaminhada em setembro. Então ainda vamos estudar isso no Governo, recebemos esse acordo coletivo que foi feito entre os dois

sindicatos. Recebemos esse acordo há 15 dias e estamos estudando como vai ser feito, se será possível ser feito esse pagamento.

Quanto à questão da perda de participação no percentual, Vereador Donato, reitero que precisamos incluir esses 100 milhões da Educação, que é o orçamento que vem para a SMADS, não sei se isso altera aí o seu percentual, mas acho que essa pergunta será mais bem respondida pela Fazenda.

O que posso dizer é que esses últimos anos foram anos de maior execução dos recursos da Assistência Social. No Governo passado tínhamos uma execução próxima de 80, 82, 83%, e nesse Governo conseguimos aumentar a execução, o ano de 2019 até agora foi o ano de maior execução e acho que isso é fruto também de um trabalho maior de gestão, porque também não adianta termos um orçamento gordo e não conseguirmos executar. Mas acho que essa resposta em relação ao percentual, já somados aí os 100 milhões, é importante falar, acho que vai ser mais bem respondida pela Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Secretária, mas só lembrando que esse cálculo é feito em cima de valores empenhados. Então imagino ser muito próximo da execução.

Com a palavra o Secretário Ricardo Viegas.

O SR. LUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO – Anotei aqui os questionamentos e estamos com uma equipe até para podermos de uma forma ou de outra responder a contento todos os questionamentos.

Vou começar com a Dona Tereza, que fez um questionamento a respeito da previsão do Viela da Paz, e aí queria lembrar que está garantida a questão orçamentária para o Viela da Paz, mas dentro da pressão, ou seja, das propostas que temos com a questão da pressão orçamentária, consideramos o Luiz Migliano e o Domênico Martinelli. Ou seja, essas três frentes do trabalho estão contempladas. Garantido já o Viela da Paz e na pressão orçamentária o Luiz Migliano e o Domênico.

E também como ela citou o Água Podre, aí vai complementando o questionamento

da Vereadora Soninha, já estamos neste final de ano terminando, garantido um pouco de recurso, estamos fazendo a licitação do Água Podre para o ano que vem. Também já está garantida a questão no Fundurb para o Água Podre. Então Água Podre, Viela da Paz, Luiz Migliano e o Domênico estão previstos nesta proposta através do Fundurb. Essa é uma resposta para a Tereza e em parte para a Vereadora Soninha.

Lembrando que a Vereadora Soninha também fez um questionamento a respeito das reformas dos prédios no Centro, direcionados à questão da locação social. A informação nessa peça também, temos contemplado, inclusive, como investimento da Cohab 6 milhões de reais para este ano de 21, diretamente para a reforma desses prédios.

Quero aproveitar a pergunta do Tonhão, acho que ele fez algumas observações, primeiro com relação a Cohab. Há um direcionamento importante do reforço da Cohab, do papel da Cohab como uma instituição, o nosso operador da política habitacional na Cidade. Está garantido isso, aliás, a Cohab tem exercido um papel extremamente importante, inclusive, no projeto da PPP, tem sido uma parceira e direcionada a isso.

Então não há nenhuma discussão com relação à dúvida da Cohab. A Cohab tem um papel extremamente importante no desenvolvimento da política habitacional da cidade de São Paulo. Isso quero reforçar, a orientação que o Prefeito tem dado da política habitacional e especificamente do papel da Cohab. Então não há nenhum enfraquecimento nesse sentido, muito pelo contrário, temos reforçado toda a estratégia operacional, inclusive, contando com a Cohab.

Com relação à questão do Pode Entrar, quero lembrar que o Fundurb, as operações urbanas e as operações de crédito, porque a operação urbana não está nessa nossa peça orçamentária da Habitação, mas está na peça orçamentária Desenvolvimento Urbano. Parte desses recursos da operação urbana, estão contemplados alguns investimentos na questão do Pode Entrar.

Ou seja, o Programa Pode Entrar, que é um Programa já assumido, com compromisso do Prefeito Bruno Covas, estão contemplados recursos do Fundurb, parte dos

recursos das operações urbanas e a operação de crédito. Então isso está garantido para o desenvolvimento do Pode Entrar, que logo no início do ano que vem será implementado. Aliás, estamos fazendo os últimos ajustes do Programa Pode Entrar, afinando algumas questões operacionais, como vamos operar, enfim. Mas já estão de fato comprometidos os recursos para o desenvolvimento do Programa, no sentido tanto da operação urbana, operação de crédito e Fundurb.

Só para terem uma ideia, na questão dos recursos de operação urbana, tanto de operação de crédito direto, nós temos uma estimativa por volta de 682 milhões de reais. Então isso é só para a gente...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO – Desculpe, houve uma falha.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO – Desculpe, passou um bilhete aqui um pouco fora daquilo que estou falando. Desculpe a minha falha.

Com relação à questão do André, do Tonhão fiz as observações e respondi as perguntas do Tonhão, a questão do André, ele fez algumas ponderações, primeiro com relação à questão do auxílio aluguel. Só para informar que saíram do sistema do auxílio aluguel mil seiscentos e sessenta e dois auxílios, neste ano. E hoje estamos pagando vinte e dois mil e quinhentos auxílios. Ou seja, saíram mil seiscentas e sessenta e duas e hoje estamos pagando para vinte e duas mil e quinhentas famílias.

Com relação à questão do Manacá da Serra, mesmo com a ação judicial, por enquanto nós estamos buscando alternativas para esse investimento; mas, dentro dessa proposta orçamentária, ainda não há uma previsão com relação à questão do Manacá da Serra.

Com relação à questão da urbanização e regularização, eu queria destacar que essas duas ações tanto de urbanização, como de regularização, estão no foco de fortalecimento da política da Secretaria de Habitação, porque nessa gestão nós organizamos

um sistema de coordenadoria de regularização fundiária.

Portanto, nesta peça orçamentária, para o ano que vem, estamos destinando recursos bem direcionados à questão da regularização fundiária, aproveitando a nova legislação, que nos favorece muito o movimento de regularização fundiária. Por isso, nós entendemos que regularização fundiária, nesse próximo período, com certeza terá um aceleração no nosso formato operacional.

Com relação à urbanização, eu acho que isso já é praticamente de conhecimento de todos. O nosso esforço...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sr. Secretário, houve um problema de conexão, então o senhor precisa retomar a sua fala.

O SR. LUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO – Sobre a questão da regularização fundiária, na peça orçamentária, e sua importância, aproveitando todo o novo regramento que temos hoje, a estrutura da zeladoria com uma coordenadoria específica de regularização fundiária, hoje nós temos praticamente 11% do nosso recurso direcionado à regularização fundiária e 11% dos recursos da Secretaria para a urbanização. Esse é um ponto importante de reforço na política da Secretaria.

Com relação à questão da peça orçamentária, eu vou passar a palavra à nossa coordenadora para esclarecer o que está sendo apresentado e o que temos dentro da nossa pressão orçamentária, e ela fará ponderações que acho importante, até para conhecimento de todos.

A SRA. MARCIA APARECIDA VAZ CURILLA DE OLIVEIRA – Sobre a peça orçamentária, venho reforçar o seguinte: Quando nós fizemos a inserção das informações dentro do processo da Secretaria da Fazenda, nós colocamos a necessidade real do orçamento para Sehab/Cohab de todos os fundos e fonte de recursos que temos disponível dentro da Secretaria, da Sehab e da Cohab.

Então, quando a gente olha recurso/Tesouro, recurso/ FMSAI, Fundurb, FMH e o próprio recurso da Cohab, a gente está verificando a nossa necessidade real, e não aquilo que

foi encaminhado como parâmetro para a SF.

Então, o que a gente quer levar para conhecimento da Câmara é a necessidade real que existe de recursos, porque dentro do parâmetro informado para a distribuição dos valores, dentro das dotações orçamentárias, ela se mostra insuficiente diante da grandiosidade das grandes e por elas já estarem se arrastando tanto tempo, sem ter uma entrega definitiva, seja de unidades habitacionais, ou até mesmo entrega de obras de urbanização para atendimento das famílias beneficiadas.

Se a gente apresenta apenas a informação do parâmetro por fonte de recurso, vocês não conhecerão, de fato, qual a necessidade real do orçamento da Secretaria, no âmbito da Sehab e no âmbito da Cohab. Então não se trata de uma divergência, mas de um ponto de vista diferente que a gente está levando para conhecimento de todos.

Quando a Sra. Evaniza fala que existe uma divergência de valores do Fundurb, eu deixo claro que o parâmetro informado por SF no começo – em agosto, setembro – era de R\$ 157 milhões; e foi feita uma revisão por excesso de arrecadação, passando para R\$ 180 milhões.

Dentre todas as obras necessárias, seja para a sua continuidade ou para as que se iniciarão em 2021, ou ainda valores necessários ao gerenciamento social e de obras, é preciso um recurso adicional para que isso, de fato, aconteça dentro da política habitacional da Sehab e da Cohab.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Só para entender, a gente está discutindo o Orçamento que foi enviado. Não tem esse número, então você está dizendo que é absolutamente insuficiente e é necessário que a Câmara corrija esse número. É isso?

O SR. JOSÉ ANDRÉ DE ARAUJO – Só uma questão de ordem, Presidente. Nós temos uma questão de imunidade da própria audiência. Por quê? Conforme foi publicado no *Diário Oficial*, a audiência é para discutir o orçamento real, os números que foram divulgados no *Diário Oficial da Cidade*. Então, deveria ter dado espaço para o Sr. Vicente Affonso Oliveira, Subsecretário do Orçamento, apresentar a peça oficial, não alguma coisa fictícia, que não foi

esclarecida no começo da apresentação, daquilo que era a intenção do Orçamento de Habitação, que porventura não passou pelo Conselho Municipal de Habitação.

Portanto, eu queria pedir a nulidade da presente audiência, por desrespeito ao princípio da publicidade e da legalidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Na verdade, a audiência foi realizada, as informações estão aí. Anular, ou não, não tem efeito no processo porque são obrigatórias duas audiências públicas. Então, já tivemos uma primeira audiência geral e faremos a segunda audiência geral. Todas as outras audiências temáticas foram fruto de um esforço feito aqui, nas condições que a gente tem. Como eu expliquei no início da nossa audiência, tanto a nossa audiência, imposta pela situação da covid, como o adiamento das eleições que fez com que a gente tivesse um processo de discussão do orçamento muito espremido; fez com que a gente chegasse nessa forma.

Mas, enfim, os dados estão aí, os esclarecimentos estão feitos, e eu gostaria então de saber se há mais algum Vereador ou Vereadora que deseja colocar alguma questão.

O SR. LUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO – Vereador, ainda eu gostaria de falar de alguns pontos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Pois, não. Tem a palavra.

O SR. LUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO – A Sra. Evaniza fez algumas ponderações a respeito do aporte. Com relação à questão do Minha Casa, Minha Vida, que todo mundo sabe que terminou, e agora tem a Casa Verde e Amarela; nós estamos discutindo com o Governo Federal como ficará essa questão dos aportes, ou seja, discutir um pouco a questão do aporte com relação à questão desse novo programa com relação ao suporte do Governo Federal.

Quanto à questão do Governo Estadual, do aporte do Casa Paulista, nós já temos todas as tratativas. E falta, nesse sentido, essa formatação com a Casa Verde e Amarela, para que tenhamos o pacote completo.

Outra coisa importante que ela perguntou é com relação às entregas: estamos com

uma previsão de entregas – já contratadas, em execução – de quatro mil unidades habitacionais para o ano de 2021.

Outro ponto é o da Sra. Clecia, que fez algumas observações com relação ao território do Grajaú – reintegração. Eu gostaria de saber exatamente qual é o local para que possamos responder pontualmente qual projeto de que ela está tratando, porque eu estou aqui com o suporte técnico, e ficamos sem condições de poder responder e conhecer de fato essa demanda dela, que me parece uma demanda bem pontual e que precisamos responder, que é a questão da reintegração das pessoas.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Secretário.

Quem pediu pela ordem aí? Eu não ouvi, eu não consegui identificar quem era.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Eu pedi, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Por favor, com a palavra.

A SRA. SONINHA FRANCINE – A respeito do questionamento que foi feito agora, quanto à validade ou não da audiência, na verdade, se eu compreendi bem, nós tivemos um grau adicional de transparência, que foi o seguinte: uma coisa é a lei orçamentária, o projeto de lei, com todos os seus anexados, como ele está publicado, e é público; outra coisa é ouvirmos do próprio representante de um determinado órgão do Executivo dizer qual seria o orçamento de acordo com as suas próprias necessidades. Quer dizer, dificilmente temos acesso a isso: “Olha, o que está orçado é tanto”. Mas, para cumprimos tudo que pretendemos, a previsão orçamentária seria de tanto. Então isso nos traz, na verdade, informações que somente nessa audiência pública nós poderíamos ter acesso a elas, para que tentemos, como legislativo, dentro, é lógico, dos limites do nosso alcance, mas que possamos, quem sabe, buscar de onde sairiam esses recursos para fazer frente ao que nos foi apresentado aqui como o realmente necessário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Bom, não havendo mais inscritos, e diante...

A Clecia quer colocar?

Clecia, eu gostaria de pedir a você, já que é um caso pontual – aí é do Jardim da Toca, não é, no Grajaú –, que você pudesse dar um telefone para contato e tal, e a Secretaria fazer o contato com vocês para eventualmente marcar uma reunião, que aí eu acho que fica mais prática a coisa.

A SRA. CLECIA REGINA – Sim. Aqui estamos na área do Parque do Cocaia, na Estrada do Parque do Cocaia, e a EMAE está nos pressionando, em nos despejar sem direito a nada. E nós queremos despejo zero.

Vou passar o meu contato. Como eu faço para passar o nosso contato? Pode ser por aqui mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Acho que é mais fácil você falar. Fale o telefone, porque aí o pessoal anota.

O SR. ALFREDINHO – Presidente Donato, sobre esse caso, na verdade, eu já estive até na Secretaria, e o pessoal da Secretaria tem conhecimento dele. É lá em frente a Chácara do Poney, onde estavam sendo feitos os prédios, e que a Secretaria anunciou que iria retirar uma parte das famílias que estão lá para fazer a portaria dos prédios. Até quando eu estive lá, eu (ininteligível) da Secretaria da possibilidade, que eu acho que não há necessidade de se fazer isso, porque tem como fazer uma portaria sem tirar os moradores. Mas aí está na mão da Secretaria. E eles têm as informações que nós passamos para eles. Fizemos reunião com o Secretário. Fizemos, acho, duas reuniões. No caso, a Secretaria tem conhecimento.

A SRA. CLÉCIA REGINA – Sr. Alfredinho, não é aqui, não, aqui é outra (ininteligível).

O SR. ALFREDINHO – Não é na Estrada do Cocaia?

A SRA. CLECIA REGINA – Isso, aqui, antes, perto do Extra, descendo aqui. O Sr. João já veio aqui, o Sr. Gonçalves também.

O SR. ALFREDINHO – Tem esse da EMAE; e esse, especificamente, lá dos prédios. É isso.

(NÃO IDENTIFICADO) – É na Nuno Guerner.

A SRA. CLECIA REGINA – Eu vou passar o meu contato, tá?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Passe o contato, por favor.

A SRA. CLECIA REGINA – É 11-96362-9026 ou 11-94626-9911, que é o Luciano também, que nos ajuda aqui. Eu peço encarecidamente aos que está nos escutando...

- Manifestação fora do microfone.

(NÃO IDENTIFICADO) – Dona Clecia, eu perdi o último número. Por favor, se a senhora puder repetir.

A SRA. CLECIA REGINA– Sim, 11-94626-9911.

Se puderem nos ajudar, eu agradeço. A comunidade é grande e está precisando que nos ajudem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Clecia.

A Vereadora Juliana Cardoso pediu a palavra.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Boa tarde, Presidente; boa tarde aos demais membros da Comissão de Finanças; boa tarde às pessoas que participaram. Desculpem eu chegar um pouco atrasada. Estávamos em uma vistoria, eu a Vereadora Soninha, na parte da manhã; e depois eu tive uma ação ali na área da saúde.

Mas eu só queria reforçar para o Secretário de Habitação a relação do Conselho Municipal de Habitação, que é muito organizado junto com a Secretaria com relação ao orçamento.

Eu só queria enfatizar que nós precisamos pensar em enxergar melhor o Conselho nessas sugestões que eles deram para que possamos ter uma relação de habitação melhor para a cidade de São Paulo.

Muitíssimo obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereadora.

Tem um último pedido aqui, mas eu vou conceder um minuto ao Geraldo, do FAS, até porque a audiência teve muitas pessoas que não usaram a palavra. Mas é um minuto

mesmo para podermos encerrar a audiência.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY – Pela ordem também, um minuto, o Eduardo Suplicy pede.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Pois não. Então Geraldo e Eduardo Suplicy.

O SR. GERALDO – Obrigado, Donato. É até uma honra ter esse minuto concedido antes do Suplicy.

É só para enfatizar, e eu até coloquei dois questionamentos, que a Secretária colocou; e eu queria repassar agora, se é possível ter essa elucidação. Porque esse dinheiro que está na educação, que teoricamente servirá para a Assistência, não vem direto para a Assistência, que seria um caminho mais curto. E sobre a questão que saiu o dissídio, que as organizações vão ter que repassar – já estão repassando, inclusive. E elas são obrigadas a repassar, porque, senão, cai num passivo trabalhista. E foi muito confuso nesse último ano com relação a isso; para que não deixem de repassar isso novamente. É até um pedido que eu faço, porque isso tem que estar previsto no orçamento. Por mais que não se soubesse qual seria o dissídio, mas já existia uma previsão de que iria ter esse dissídio, assim como tem previsão de que vai ter aumento inflacionário na alimentação, no pedagógico, em tudo, concessionárias. Então para se colocar, porque parece que isso não está previsto dentro do orçamento atual para que se coloque isso urgentemente dentro do orçamento, a previsão do reajuste e as parcerias. É só essa a minha colocação. Muito obrigado a todos.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY – Presidente Donato, no início das minhas observações eu mencionei a questão surpreendente da decisão do Governador João Doria de anunciar que vai substituir o Ginásio do Ibirapuera por um grande complexo, inclusive, de shoppings centers etc.

Eu estava observando entrevista do candidato a Prefeito Bruno Covas que foi reeleito, quando em nenhum momento ele menciona a respeito e diz: “durante nossa gestão 34 desses equipamentos públicos já foram revitalizados e estão em reformas com verbas próprias

ou provenientes de emendas parlamentares, um investimento total de 14,4 milhões de reais. Já são 31 reformados, 2 em reformas, 1 em licitação. Os 45 centros esportivos são gerenciados diretamente pela Prefeitura que oferece atividade esportiva para saúde, bem estar e lazer, além deles há mais 215 CDCs geridos por entidades de comunidades locais, 65 deles foram reformados”.

Não há menção alguma a fazer com que esse grande complexo esportivo que envolve não apenas o Ginásio do Ibirapuera, mas a Piscina Olímpica e Campo de Futebol, quer dizer o esporte é tão importante na cidade de São Paulo, e, de repente, fomos surpreendidos por essa decisão do Governador e do Condephaat.

Então, avalio que caberá à Câmara Municipal e ao Conpresp um exame especial a respeito desse tema.

Era isso que gostaria de observar. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador.

Passo a palavra, rapidamente, para a Secretária Berenice e para o Secretário Viegas, caso desejem fazer uma última colocação a partir do que foi falado pelos últimos inscritos.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Eu só queria colocar em relação ao questionamento do Geraldo que eu já tinha respondido é que o reajuste foi anunciado e acertado entre os sindicatos há 15 dias, portanto, dentro da proposta orçamentária não poderia estar contemplado o reajuste dos trabalhadores e que nós estamos conversando internamente no Governo para ver se a gente tem suporte, orçamento, para pagar o reajuste e/ou para fazer o reajuste nas parcerias, lembrando que neste ano nós encaminhamos um valor superior ao serviço da proteção básica para que eles pudessem fazer a sua reabertura para as atividades presenciais e também estamos encaminhando o valor de verba de humanização para todos os serviços de acolhimento, uma verba que não era enviada desde 2015.

Então, a gente realmente tem feito uma aporte grande para os nossos serviços.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Secretária.

Secretário Viegas.

O SR. LUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO – Eu queria só agradecer a manifestação da Vereadora Soninha, porque ela enfatizou exatamente qual foi o nosso papel nesta audiência para mostrar o que nós temos, quais são os nossos desafios e a pressão que nós temos na questão orçamentária. Nesse sentido, a Câmara é nossa parceira. Entendemos que a Câmara Municipal de São Paulo é nossa parceira, e é importante que tenha conhecimento de todas essas informações para que, de uma forma ou de outra, nos ajude e fortaleça o Executivo, principalmente, nos desafios da política habitacional da cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Secretário.

Nós temos, também, o representante da Secretaria da Fazenda, o Vicente Calvo. Teve uma pergunta dirigida ao geral, mas que ninguém respondeu: quanto foi gasto dos Fundos que foram liberados excepcionalmente para o combate à covid no início do ano? Porque me parece que foi gasto muito pouco, mas eu gostaria de uma informação oficial da Secretaria da Fazenda, se for possível.

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Bom dia, Donato e demais participantes. Eu vou pegar essa informação. Tenho-a relativamente fácil, mas não a tenho de pronto acesso. Enquanto eu a procuro, vou esclarecer a questão que foi levantada, também, sobre a verba do CCA que fica na Secretaria de Educação.

Esse recurso fica na Secretaria de Educação porque trata de um plano conjunto que atende as necessidades e as metas que se tem de aumentar o tempo dos estudantes em atividades de educação e ensino e, dessa forma, a gente está fazendo uso do equipamento de SMADS para proporcionar o atendimento de uma meta da Secretaria de Educação e ao Plano Municipal de Educação. Por conta disso, e, também, pelo fato de termos atividades e um gasto mínimo estipulado de receita dos impostos para educação, essa é uma forma que, embora o recurso não custeie direto, como seria colocando o orçamento na assistência, é uma forma de fazer o reconhecimento e a adequada divisão de como os recursos estão sendo utilizados já

que o valor que está na Educação é referente exclusivamente aos alunos que vão ser atendidos no CCA da rede municipal. Daí, tem outro valor previsto na própria SMADS que atende também os alunos das outras redes.

Em relação ao que foi questionado sobre os Fundos, o que a gente teve por conta da autorização dada no início do ano pela Lei 17.335, regulamentada pelo Decreto 59.373, permitia a utilização de recursos do superávit financeiro, então, recursos que sobraram do ano passados dos Fundos e, também, a possibilidade de utilização de recursos correntes de 2020 dos Fundos. Esse valor total abrangido por essa liberação foi de 1 bi 548 milhões – esse foi um valor que soma os diversos Fundos do Município: Meio Ambiente, Promoção de Atividades Culturais, Esportes, Turismo, Proteção do Patrimônio Cultural, Desenvolvimento Social, Fundurb. Até semana retrasada, a destinação desses recursos foi feita na ordem de 158 milhões. A maior parte desses 1 bi e meio se referiam a recursos do Fundurb e recursos de 2020 do Desenvolvimento Social, os quais não foram utilizados. No caso específico do Fundurb, porque tem uma preocupação adicional com a parte das vinculações. Como a lei previa, no caso de utilização dos recursos do Fundurb, que haveria uma recomposição desses valores em exercícios seguintes, a intenção e o planejamento foi que a gente não utilizasse esses recursos a menos que fosse estritamente necessário, por conta tanto de preservar a possibilidade de uso desses recursos nas finalidades originais, como também de evitar depois mais movimentações orçamentárias nos próximos anos para a gente ficar retomando essas vinculações que têm com habitação e com mobilidade e parte livre. O que a gente teve de destinação desses recursos foi o valor de 158 milhões e 700 mil.

Depois eu pego o arquivo de uma forma consolidada e encaminho para a secretaria da Comissão para que tenham o registro de vocês, para que fique melhor caso necessitem dos números.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vicente.

Não havendo nada mais a ser tratado, encerro a presente audiência agradecendo a participação de todos e todas, em especial, a Secretária Berenice e o Secretário Viegas,

Vereadoras Soninha e Juliana, Vereadores Alfredinho, Suplicy e Goulart que participaram desta audiência pública. Obrigado.

Bom dia a todos e todas.